

Linha D'Água (Online), São Paulo, v. 27, n. 2, p. 141-157, dez. 2014

TOPONÍMIA E MEMÓRIA: NOMES E LEMBRANÇAS NA CIDADE

TOPONYMY AND MEMORY: NAMES AND WHAT THEY RECALL IN THE CITY

Carmen Maria Faggion *

Bruno Misturini **

Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, RS, Brasil

Resumo: Este trabalho reflete sobre toponímia e memória, considerando o ato de nomear lugares como um discurso em que se entrecruzam a memória oficial (que marca no nome relações de poder) e a memória coletiva (que traz o nome espontâneo, descritivo, e que deixa entrever, nas interpretações, o desejo de pertencimento como motivador). Através da revisão de textos teóricos (Dauzat e Dick sobre toponímia, Lowenthal e Schama sobre memória) e recorrendo, nos exemplos, a investigações já feitas sobre a toponímia de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha, apresenta-se uma relação entre toponímia, história e memória e seu papel determinante nas denominações.

Palavras-chave: Toponímia; memória; Bento Gonçalves.

Abstract: *This paper studies the related concepts of toponymy and memory, considering the act of naming places as a discourse in which the official memory (marking relations of power) and the common memory (spontaneous and descriptive, motivated by the desire of belonging to a group) will be present. Theoretical basis is gained from readings on Toponymy (Dauzat, Dick) and on memory (Lowenthal, Schama). The examples are collected in the research already published on the toponymy of Bento Gonçalves (RS), Brazil. The relation between toponymy, history and memory is determinant not only in the act of naming but in the interpretation of these names as well.*

Keywords: *Toponymy; memory; Bento Gonçalves.*

* Professora doutora da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil; carmenfaggion@gmail.com

** Doutorando no Programa de Doutorado em Letras, da Universidade de Caxias do Sul – UCS, Caxias do Sul, RS, Brasil; bmisturini@ucs.br

Introdução

“A cidade não conta o seu passado, ela o contém [...]”

Ítalo Calvino

Este artigo visa a estudar a relação entre *toponímia* e *memória*, vendo-se nesta última não só um constituinte da cultura de um grupo social, mas também um importante elemento motivador do sujeito que nomeia. Estabelece-se, assim, uma relação entre o ato de nomear e o discurso. Para tanto, serão utilizados textos teóricos a respeito desses conceitos, estabelecendo, quando possível, ligações com alguns topônimos da cidade de Bento Gonçalves, localizada na Região de Colonização Italiana do Nordeste do Rio Grande do Sul (RCI). A investigação a respeito dos topônimos dessa cidade deu-se através de coleta de dados e de entrevistas, partindo também da leitura de algumas publicações já existentes sobre o assunto.

A base teórica será auferida em textos de Bosi (1994, 2003), Lowenthal (1998), Pollak (1989) e Schama (1996), no que diz respeito à memória; Dauzat (1926), Dick (1990) e Vieira (2012), referentes à toponímia; e em Misturini (2009; 2010), Misturini e Faggion (2011), Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) e Faggion, Dal Corno e Frosi (2008), quanto ao estudo de topônimos da cidade de Bento Gonçalves. Sobre a relação entre o ato de nomear e o discurso, faremos referência a Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013).

O texto está dividido em três partes: a primeira contém uma reflexão sobre *discurso* e *toponímia*, a segunda uma pequena reflexão sobre *memória* e sua relação com a *história*, bem como a oposição entre *memória* e *esquecimento*. A terceira apresenta dados sobre a *toponímia* e sua relação com a *história*, a *memória* e o *esquecimento*. Por fim, são apresentadas algumas considerações.

1 Toponímia e discurso

Encontram-se, dentro da Linguística, ciência que estuda a linguagem, as Ciências do Léxico. Estas se subdividem em Lexicografia, Terminologia e Lexicologia. Enquanto a primeira é utilizada na construção de dicionários, a segunda estuda termos específicos das ciências, em determinada língua; já a última estuda o léxico, ou seja, as palavras da língua. Inserida na Lexicologia, encontra-se a Onomástica, que estuda os nomes próprios. Esta divide-se em Antroponímia (estudo dos nomes de pessoas) e Toponímia (estudo dos nomes de lugares). Portanto, entende-se por topônimo o nome atribuído a um determinado local, seja uma rua, bairro, cidade, praça, curso d'água, acidente geográfico.

Dick (1990), maior representante dos estudos toponímicos no Brasil, diz que

a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes. Diante desse quadro considerável dos elementos atenuantes, que se inter cruzam sob formas as mais diversas, descortina-se a própria panorâmica regional, seja em seus aspectos naturais ou antropoculturais (DICK, 1990, p. 19).

De acordo com a autora, torna-se possível, através do estudo toponímico, identificar fatores culturais de uma região. Nota-se também uma distinção entre dois tipos de acidentes toponímicos: os naturais e os antropoculturais, sendo os primeiros relativos a acidentes geográficos e os segundos à cultura humana. Baseada nessa distinção, Dick (1990) monta um quadro taxonômico para a classificação toponímica.

A partir dessas ideias, Faggion, Dal Corno e Frosi (2008) explicam que

os topônimos são sinais importantes, indicativos da cultura, da história e da linguagem de um povo. Ditos ou escritos, os topônimos propiciam informações a respeito das sucessivas gerações de uma localidade, dos homens que aí nasceram, trabalharam e viveram, bem como daqueles que mereceram sua homenagem. Aludem a fatos e datas significativas, dão conta das devoções, traduzem sentimentos. Assim, saber o exato significado do nome de uma cidade, bem como de suas ruas, praças e parques, significa, verdadeiramente, conhecer essa cidade e reconhecer seus valores (FAGGION, DAL CORNO, FROSI, 2008, p. 278).

A toponímia possui, portanto, um caráter multidisciplinar, que engloba, dentre outras disciplinas, a linguística, a história, a geografia e os estudos sociais.

Topônimos são nomes de lugares, e nomear lugares é uma atividade muito antiga. Os relatos bíblicos já registram nomes de países, regiões, reinos, montes, planícies, cidades. A localização espacial é inerente à vida humana. Saber onde se está, ou aonde se quer chegar, ou de onde se partiu, é, muitas vezes, um conhecimento importante, não raras vezes essencial à própria sobrevivência.

Defendemos a ideia de que os topônimos, essencialmente ligados à História, conforme assinala Dick (1996, p. 12), são também veículo de ideologias e, como tal, permeiam ou dirigem a memória, a vivência e o imaginário do grupo social que os utiliza. Partindo desse ponto de vista, o ato de nomear um lugar, por parte de um sujeito que nomeia¹, carrega consigo todas as implicações de

¹ Usamos “sujeito que nomeia” como sinônimo do termo “denominador”, utilizado por Dick (1998).

um discurso. Como já assinalaram Faggion, Misturini e Dal Pizzol (2013, p. 6), “nomear é, pois, um discurso”.

Não é demais lembrar que a Análise do Discurso (AD), de um modo geral, leva em conta a relação da linguagem com as condições de produção do discurso: o falante, o ouvinte, o contexto de comunicação e o contexto histórico-social. Analisa não só a significação do discurso², mas o efeito de sentido (ou o sentido especial, circunstancial) que ele pode ter. A Análise do Discurso procura, então, mostrar como funcionam os textos, observando sua articulação com o que é exterior a ele. Se lembrarmos que, no contexto de comunicação, ou na situação do discurso, insere-se naturalmente o importante elemento geográfico, essencial à análise toponímica, vemos bem que, ao nomear um lugar, o sujeito coloca no nome o que vê, o que pensa, o que imagina, o que deseja.

O topônimo é um pequeno texto, é um pequeno discurso, depositário de toda uma situação de fala e das complexas relações que a sustentam, e depositário também do momento histórico, e do pensamento que configura esse momento histórico e/ou é por ele configurado. E esse pequeno discurso, diferente dos demais porque pode durar séculos ou milênios, ao mesmo tempo preserva e revela, ou apenas desvela, as ideologias que o engendraram ou que por ele perpassam. (FAGGION, MISTURINI, DAL PIZZOL, 2013, p. 1)

Por isso, o topônimo, como Bakhtin³ dizia do signo, nunca será neutro. Resultará de uma escolha ditada por contingências, que vão desde a imperiosa necessidade de referir um local, pois tal é a origem da necessidade de nomear lugares, até as contemporâneas exigências, de apelo comercial, de nomes sonoros, marcantes, exóticos, calculadamente escolhidos para denominar condomínios ou centros de compras.

É com base em Dick (1990, p. 22) que procuramos a motivação toponímica, ou, nas palavras da eminente pesquisadora e pioneira, as “fontes geradoras dos nomes de lugares”. Para Dick (1990), a função denominativa, na língua, é arbitrária ou convencional; na Toponímia, contudo, é motivada (DICK, 1990, p. 22). Dick (1990), aliás, em sua célebre taxonomia, insere os topônimos a serem classificados em duas ordens genéricas: a da natureza física e a antropocultural (DICK, 1990,

² Entendemos o discurso como um texto sócio-historicamente determinado, necessariamente contextualizado e com autoria (o discurso é sempre discurso de alguém (V. CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2004, p. 168-173).

³ Vemos em Bakhtin (1981, p. 32) que “ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico”.

p. 23-24). A autora insiste em que, na Toponímia, o elemento linguístico, “revestido, aqui, de função onomástica ou identificadora de lugares, integra um processo relacionante de motivação onde, muitas vezes, se torna possível deduzir conexões hábeis entre o nome propriamente dito e a área por ele designada” (DICK, 1990, p. 34). O signo toponímico apresenta, para Dick (1990, p. 38), algumas feições características: “o que era arbitrário, em termos de língua, transforma-se, no ato do batismo de um lugar, em essencialmente motivado, não sendo exagero afirmar ser essa uma das principais características do topônimo” (DICK, 1990, p. 38).

A motivação toponímica torna-se evidente, para Dick (1990, p. 39), em dois momentos: 1) na intencionalidade de quem escolhe um determinado nome para um lugar e 2) na origem semântica da denominação, que pode ser transparente [isto é, reveladora de sua própria motivação] ou opaca (v. DICK, 1990, p. 39).

Seabra esclarece que, embora o topônimo seja referencial; seu sentido nem sempre é acessível a quem o utiliza: “o seu sentido nem sempre se encontra armazenado na mente do ouvinte, nem na do falante, principalmente se é um topônimo muito antigo, que vem atravessando gerações” (SEABRA, 2006, p. 1956).

Observa-se então que, em Toponímia, o nome persiste, mesmo quando o significado primitivo deixa de existir. O topônimo permanece mesmo na “ausência do motivo determinante ou concorrente de sua formação” (DICK, 1990, p. 42). Assim, pode ser interpretado como um “verdadeiro fóssil linguístico” (DICK, 1990, p. 42).

E, em permanecendo, o topônimo preserva elementos de uma cultura antiga, do tempo em que ocorreu o ato de nomear. Conforme assinala Andrade,

O topônimo não é algo estranho ou alheio ao contexto ambiental, histórico-político e cultural da comunidade. Ao contrário, reflete e refrata de perto a própria essência do ser social, caracterizado pela substância de conteúdo. (ANDRADE, 2010, p. 213)

Vemos em Dick (1990, 1996) e em Isquierdo (2008) o quanto são comuns, nas denominações brasileiras mais antigas, de origem indígena, os aspectos descritivos. De fato, *Iguaçu*, por exemplo, significa ‘água grande’, um topônimo essencialmente descritivo.

No entanto, quando o ato de nomear deixa de contemplar a configuração geográfica ou o evento histórico, por si só motivadores da denominação, passa a revelar o intuito de quem nomeia.

O topônimo, portanto, tem uma intrínseca relação com a memória de um povo, mesmo quando o povo esquece a motivação toponímica, que se tornou opaca através dos tempos, pois uma cultura e/ou uma língua não existem mais.

Em uma formação social, há concepções dominantes. Essas concepções, transferidas para as denominações de lugares, influenciam o meio social, revelando padrões vigentes e dominantes da época, e revelando relações de poder.

Vale lembrar o que afirma Dick sobre os nomes atribuídos

são recortes de uma realidade vivenciada, conscientemente ou não pelo denominador isolado ou pelo próprio grupo, numa absorção coletiva dos valores especiais que representam a mentalidade do tempo histórico ou ethos grupal. (DICK, 1998, p. 97)

Vê-se quanto o ato de nomear tem em comum com o discurso. E com a cultura (e, portanto, com um dos elementos constitutivos desta última, a memória), e com todos os componentes da situação de discurso, e ainda com o sujeito que nomeia.

2 Memória

De acordo com Lowenthal (1998), “toda consciência atual se funda em percepções e atitudes do passado; reconhecemos uma pessoa, uma árvore, um café da manhã, uma tarefa, porque já os vimos ou já os experimentamos” (p. 64). O autor ainda diz que a percepção de tempo se dá através da memória, uma vez que “através das lembranças recuperamos consciência de acontecimentos anteriores, distinguimos ontem de hoje, e confirmamos que já vivemos um passado” (p. 75).

Assim, se é através da memória que há consciência do passado, pode-se relacioná-la, também, a um aspecto espacial. As lembranças aconteceram em algum momento – e em algum lugar. O cenário, o plano de fundo ou a paisagem são partes importantes da memória, pois a noção de espaço é fundamental para o bem-estar. De acordo com Schama (1996), “a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rochas” (p. 17).

Logo, torna-se possível atribuir à memória duas capacidades: uma temporal e outra espacial – esta última nem sempre lembrada pela maior parte das pessoas. Segundo as ideias de Schama (1996), pode-se, devido a essas duas capacidades, com a ajuda da memória, “viajar através do tempo sem sair do lugar” (p. 13).

Mas a memória não está vinculada apenas às experiências pessoais. A história, seja de um indivíduo, de uma nação, ou de todo um planeta, também se faz presente na memória.

A característica comum à memória e à história é que ambas estão ligadas ao passado. A memória é baseada na experiência, e a história é construída a partir de fatos e acontecimentos pretéritos.

Memória e história se complementam. Como assinala Lowenthal (1998, p. 108), a memória abriga relatos do passado, ou seja, históricos; enquanto a história, dentre outros fatores, é feita de recordações, ou seja, memória. Ambos os elementos estão intrinsecamente ligados. O autor também aponta que

memória e história são processos de introspecção (*insight*); uma envolve componentes da outra, e suas fronteiras são tênues. Ainda assim, memória e história são normalmente, e justificadamente, diferenciadas: a memória é inevitável e indubitável *prima-facie*, a história é contingente e empiricamente verificável (LOWENTHAL, 1998, p. 66).

Acerca da diferença entre os dois conceitos, Lowenthal (1998) diz que “a história também é menos aberta a modificações do que a memória: as lembranças mudam continuamente para corresponder às necessidades presentes, mas o registro histórico resiste, até certo ponto, a distorções” (p. 109-110). Isso ocorre devido ao fato de a história ser dotada de registro escrito e ser compartilhada com um grupo maior de pessoas, enquanto as lembranças de um indivíduo, em sua memória, podem ser alteradas.

Isso remete à diferença entre memória individual e memória coletiva. Enquanto lembranças pessoais pertencem à memória individual, ou seja, nem sempre são compartilhadas, os fatos históricos fazem parte da memória coletiva de uma população. Mesmo não tendo vivenciado tal acontecimento, sabemos, pelo menos em partes, como se deu a descoberta (ou o “achamento”) do Brasil, por exemplo. Esse fato está presente na memória de grande parte dos brasileiros, que compartilham esse conhecimento. Logo, a memória coletiva não precisa, necessariamente, ser baseada na experiência individual.

Pollak (1989) afirma que a memória coletiva “fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais” (p. 3), distinguindo grupos humanos entre si. Nesse sentido, podemos compreender a memória coletiva como parte fundamental da construção da identidade de um povo. Porém, nem tudo o que aconteceu merece (ou necessita) ser lembrado.

Muitas vezes, a chamada memória oficial distingue-se da memória coletiva de um povo. Normalmente moldada de acordo com interesses políticos, essa memória oficial acaba por apagar certos acontecimentos e silenciar algumas testemunhas que os vivenciaram. De acordo com Pollak (1989), muitas vezes, a memória

coletiva minoritária, presente nas testemunhas que realmente presenciaram alguns acontecimentos, era oprimida, e essa dominação impossibilitava que ela fosse expressa publicamente. O autor diz ainda que, quando quebrado o tabu,

essa memória “proibida” e portanto “clandestina” ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica (POLLAK, 1989, p. 5).

Seguindo o que é proposto por Pollak (1989), as memórias coletivas podem ser passadas de geração para geração, aguardando o momento certo de virem à tona. Porém, como bem adverte o autor, “o longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais” (p. 5).

A respeito da dicotomia existente entre memória oficial e memória coletiva, o autor afirma que

a fronteira entre o dizível e o indizível, o confessável e o inconfessável, separa [...] uma memória coletiva subterrânea da sociedade civil dominada ou de grupos específicos, de uma memória coletiva organizada que resume a imagem que uma sociedade majoritária ou o Estado desejam passar e impor (POLLAK, 1989, p. 8).

O autor ainda diz que “toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. –, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma” (POLLAK, 1989, p. 10). Essas colocações tornam ainda mais visíveis as diferenças que podem ser encontradas entre a memória oficial e a memória coletiva minoritária.

Ecléa Bosi (2003) lembra a importância da memória coletiva na reconstituição da vida na cidade: “Mas a memória rema contra a maré; o meio urbano afasta as pessoas que já não se visitam, faltam os companheiros que sustentavam as lembranças e já se dispersaram. Daí a importância da coletividade no suporte da memória” (BOSI, 2003, p. 200).

A mesma autora assinala quão relevante é o bairro na vida das pessoas, o lugar de cada um na cidade:

O bairro é uma totalidade estruturada, comum a todos, que se vai percebendo pouco a pouco, e que nos traz um sentido de identidade. É um *lugar nosso*, e um lugar nosso deve ter, como ensina a psicologia da *Gestalt*, fechamento e

proximidade de elementos, deve ser mais denso que seu entorno e permitir a dialética da partida e do retorno. [...] E o reencontro do caminho familiar, se ele ainda existe. (BOSI, 2003, p. 204, grifo da autora)

Bosi indica também que o suporte da memória coletiva é o indivíduo: “Por muito que deva à memória coletiva, é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter tesouros que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (BOSI, 1994, p. 411).

As reflexões de Bosi (1994, 2003) situam bem a relação entre memória e cidade, memória e bairro, e pode-se inferir daí a importância que as denominações dentro da cidade podem ter para os indivíduos que nela habitam.

3 Toponímia

Vimos, na seção 1 deste trabalho, a relação entre Toponímia e Discurso. Revisitos alguns conceitos sobre memória, e suas intersecções com história, esquecimento e silêncio, faremos o mesmo procedimento com respeito à noção de Toponímia, verificando suas interações (muito próximas) com a História, e, em decorrência disso, com a memória e suas contrapartes: o esquecimento e o silêncio.

3.1 Toponímia e história

A toponímia e a história estão intimamente ligadas. Com o passar do tempo, novas cidades, distritos, bairros e ruas são criados, e seu surgimento evoca um novo acontecimento: a nomeação de tal lugar, o que demonstra que os topônimos acompanham a expansão territorial. Com isso, torna-se possível verificar que a toponímia anda em constante evolução. Assim, através do estudo toponímico, verificam-se elementos históricos e culturais de determinada região.

Dauzat já dizia que

a toponímia, conjugada com a história, indica ou torna precisos os movimentos antigos dos povos, as migrações, as áreas de colonização, as regiões onde tal ou tal grupo linguístico deixou seus vestígios. [...] Ela nos ensina como se operou a aculturação do solo nas épocas gaulesa, galo-romana e franca; ela nos informa sobre as relações entre o homem e a terra, fazendo pressentir desde o século III,

através de uma simples mudança de nomes de fortalezas, toda a germinação do regime feudal (1926, p. 7)⁴.

É nesse caso específico que o sujeito que nomeia vai instituir, em seu discurso nomeador, as circunstâncias históricas e as ideologias que permeiam suas culturas, seus processos identitários, suas circunstâncias. Os romanos, na Gália, substituíram antigos nomes gauleses por nomes de seus imperadores e deuses, em atitudes de poder, “decorrentes de decisões oficiais” (DAUZAT, 1926, p. 43). Vários desses nomes foram, mais tarde, substituídos por nomes cristãos. Sucessivas identidades e culturas, portanto, perpassam as denominações.

Nesse sentido, e mudando o foco para período mais recente, a toponímia de Bento Gonçalves pode ser tomada como exemplo. Constata-se que a história pode, sim, ser expressa através do estudo toponímico. De acordo com informações retiradas do *website* da cidade, é possível verificar que seu primeiro nome, dado em 1875, foi Colônia Dona Isabel – fazendo referência à Princesa Isabel, herdeira do trono brasileiro –, mas que a região também era conhecida como Cruzinha, devido a uma pequena cruz cravada sobre uma sepultura. Já em 1890, a cidade passou a se chamar Bento Gonçalves, em homenagem ao general farroupilha.

A sucessão de nomes revela a História. Inicialmente, um lugar desabitado, cuja única marca era a cruz. Depois, nomeia-se – homenageando o Império – a colônia formada para receber imigrantes. O surgimento da República trouxe novo nome, lembrando o general que combateu o Império (atualmente, Bento Gonçalves e as vizinhas cidades de Garibaldi e Farroupilha aludem, em seus nomes, à Guerra dos Farrapos, episódio emblemático da história do Rio Grande do Sul).

Ao estudar a toponímia dos bairros de Bento Gonçalves, Misturini e Faggion (2011) constataram que seus nomes revelam aspectos históricos e culturais da cidade, colonizada por imigrantes italianos. As nomenclaturas dos bairros mostram forte influência religiosa (*São Roque, São Francisco, Santo Antônio, Conceição*), bem como uma grande ligação com o trabalho (*Fenavinho, Imigrante, Licorsul*⁵). Religiosidade e trabalho são valores na cultura dos imigrantes. Há um bairro com nome italiano, *Borgo* (que significa ‘vila’, ‘aldeia’), um com nome de uma cidade da Itália, *Verona*, e o bairro *Merlot*, nome que lembra o cultivo da uva, a atividade

⁴ É interessante observar que, desde seus textos fundadores, a Toponímia marca sua estreita ligação com a História e com a cultura.

⁵ Fenavinho é a sigla da Festa Nacional do Vinho, uma das mais marcantes na cidade. Licorsul era o nome de uma empresa produtora de licores. O local da empresa deu nome ao bairro.

agrícola mais marcante da região, assumida como característica dos imigrantes. São exemplos do diálogo entre o sujeito que nomeia e a cultura local.

Outros estudos realizados abordam a questão da transparência e da opacidade do nome de um lugar. Especificamente, no caso do bairro Pomarosa, também localizado em Bento Gonçalves, é possível estabelecerem-se ligações entre o topônimo, a memória e a cultura popular.

3.2 Toponímia, memória, esquecimento e silêncio

Os topônimos refletem a memória oficial e também a coletiva. Dick (1996), ao apresentar a história das ruas de São Paulo como uma dinâmica, demonstra como as designações espontâneas, descritivas e transparentes, como *Rua Grande* e *Rua Direita*, por ela analisadas e explicadas, são substituídas por denominações oficiais que concorrem para configurar uma outra visão de cidade, maior e com muito mais pontos de referência.

Às vezes a denominação oficial e a popular coexistem. Em Porto Alegre, a Rua da Praia (denominação popular) é oficialmente chamada Rua dos Andradas, e os porto-alegrenses reconhecem as duas.

Um exemplo muito interessante é encontrado entre os nomes de bairros de Bento Gonçalves, na Serra Gaúcha.

Encontra-se em Misturini (2009; 2010) um estudo acerca do bairro Pomarosa, de Bento Gonçalves. O nome do bairro foi decretado em 15 de junho de 1971. Para descobrir a motivação do topônimo – e seu significado – foram realizadas entrevistas com moradores.

Segundo o autor (MISTURINI, 2009, 2010), quando questionados sobre o significado do nome *Pomarosa*, alguns entrevistados responderam que esse nome provinha de “pomar de rosas”, pois havia no bairro um jardim com rosas. Outros moradores afirmaram que Pomarosa era o nome de uma empresa produtora de vinagre que existia no bairro. Uma senhora sugeriu que o nome Pomarosa era originário de “pomo cor de rosa”, que seria a maçã utilizada na fabricação do vinagre.

Através das entrevistas, descobriu-se que o bairro é conhecido, popularmente, como Vinagreira, e muitos dos moradores, principalmente os de mais idade, referem-se a ele dessa forma. Nota-se que, enquanto o topônimo Pomarosa – oficial – é opaco para aquela população, o nome Vinagreira – espontâneo, popular e transparente – faz mais sentido para eles, que preferem utilizá-lo.

Destaca-se que o nome popular existe apenas na memória dos moradores, pois não há registros escritos sobre ele. A propósito de nomes populares, Vieira (2012) chama atenção justamente para o fato de que “a toponímia paralela [ou

popular] tem, como característica principal, sua existência não oficial. Seu caráter espontâneo colocado no signo toponímico, torna-o de fácil aceitação” (s. p.).

Misturini (2009; 2010) também coloca que, ao entrevistar um dos sócios da antiga empresa de vinagre, chegou à verdadeira explicação do nome Pomarosa. De acordo com o entrevistado, o nome da vinagreira foi formado com as iniciais dos sobrenomes dos seus quatro sócios fundadores (Poletto, Marcon, Ross e Sandrin).

Sendo assim, todas as explicações – algumas bastante fantasiosas – acerca do nome Pomarosa caem por terra. Lowenthal (1998) diz que “a consciência do passado é, por inúmeras razões, essencial ao nosso bem-estar” (p. 65) e que “a lembrança sustenta nosso sentido de identidade” (p. 77). Isso pode explicar por que, mesmo não conhecendo o real significado do nome do bairro, a maioria dos entrevistados buscou fornecer uma explicação para o fato. Aparentemente, a interpretação do topônimo, mesmo que errônea, traz conforto, faz com que se sintam membros de um grupo.

Lowenthal ainda reflete que

Sabemos quando temos uma lembrança, e seja ela verdadeira ou falsa, essa memória relaciona-se de alguma forma ao passado. Até um equívoco de memória envolve a recordação, ainda que distorcida, de alguma coisa; nenhuma memória é totalmente enganosa. Na verdade, uma falsa recordação na qual se crê firmemente torna-se um fato por si só (1998, p. 87).

Essa proposta vem ao encontro do que foi revelado através das entrevistas. Os moradores empenharam-se em relacionar seu passado – e sua memória – à história de seu bairro, e acabaram por buscar explicações não condizentes com a realidade.

No caso do bairro em estudo, o nome popular não substituiu o oficial – ambos coexistem. Como bem aponta Dauzat (1926), “independente do nome original, o apelido pode, ao contrário, chegar a suplantá-lo. Mas sua vitória nem sempre está assegurada” (p. 44).

Por fim, Vieira (2012) argumenta que “o topônimo paralelo é, portanto, um signo escolhido que registra a memória social, sua rotina e sua existência. É, certamente, um dos mais valiosos fundos de memória” (s. p.).

Se, nesse caso, existem dois nomes para um mesmo local, em outros, nota-se uma mudança de nome, que nem sempre é consentida por todos.

Temos exemplos de retomadas e esquecimentos em casos de substituição de topônimos.

Frosi, Faggion e Dal Corno (2010) estudaram, dentro da hodonímia (estudo dos nomes de ruas) de Bento Gonçalves, as situações em que um nome foi

substituído por outro. Isso ocorreu, principalmente, na década de 30 do século passado, em decorrência do Estado Novo de Vargas e da Segunda Guerra Mundial.

O contexto histórico da época fez com que os nomes itálicos fossem substituídos por nomes luso-brasileiros, devido à oposição entre Brasil e Itália. De acordo com as autoras,

verifica-se, nos textos escritos sobre a mudança de nomes de ruas, a insistência em homenagear vultos da Pátria brasileira. Os outros nomes, importantes para os habitantes da cidade pela definição de uma identidade étnica, “nenhuma expressão tem”. Assim, substitui-se uma possível marca identitária por uma imposição (FROSI, FAGGION, DAL CORNO, 2010, P. 159)⁶.

Destacamos dois dos exemplos dados pelas autoras, as ruas Mazzini e Cavour, que, após a lei decretada em 1939, passaram a se chamar Rua Marques de Souza e Rua Borges do Canto, fazendo homenagem a vultos da história do Brasil (FROSI; FAGGION; DAL CORNO, 2010). Algumas cidades da Região de Colonização Italiana tiveram também seus nomes trocados (v. FAGGION; FROSI; DAL CORNO, 2008), na mesma época. Nova Vicenza passou a chamar-se Farroupilha, Nova Milano foi denominada Emboaba, Monte Vêneto tornou-se Cotiporã.

Após o término da Segunda Guerra Mundial, contudo, nomes italianos voltaram a fazer parte da toponímia da região. A Praça central de Caxias do Sul voltou a chamar-se Dante Alighieri (v. FROSI, 2009a), a Avenida Brasil, da mesma cidade, voltou a chamar-se Avenida Itália (FROSI, 2009b), Emboaba voltou a chamar-se Nova Milano. Isso mostra que o topônimo original permaneceu na memória das pessoas, que lutaram para que ele retornasse após o fim do contexto de guerra e de diferenças. Logo, em alguns casos, o silenciamento (e possível esquecimento) de alguns nomes não obteve sucesso. A memória e o sentimento por uma identidade que condizia com suas raízes parecem ter feito a diferença.

Considerações finais

Na insigne companhia de Dauzat (1926) e Dick (1990, 1996, 1998), podemos repetir que a toponímia e a memória, ligadas à história e, conseqüentemente, ao passado, dizem muito a respeito da região em que os topônimos estão inseridos; e estes dizem quase tudo sobre o local que designam. A investigação permite descobrir,

⁶ O trecho entre aspas pertence ao corpo da lei que mudou o nome de algumas ruas de Bento Gonçalves, nos anos 1930.

sob a opacidade de alguns topônimos, a história viva que os engendrou. Os topônimos, agora transparentes, permitem ver também a circunstância histórica de sua atribuição, o discurso nomeante, e as ideologias que o marcaram.

Desde a denominação descritiva, que permita o situar-se, fazendo referência ao relevo e ao acidente geográfico, passando pela denominação histórica (que Dick, 1990, chama de topônimos de natureza antropocultural), e chegando à substituição toponímica, quase sempre de natureza ideológica, vemos que os topônimos revelam a dinâmica que os trouxe à luz. Revelam, em certos casos, aspectos que extrapolam o oficial, contando uma história ainda não conhecida.

Um topônimo que revele aspectos de uma cultura específica, normalmente, revelará, também, partes da memória de sua população, que, às vezes, estabelece um vínculo afetivo com tal nome. Mesmo que oficial e opaco, muitas pessoas têm, em sua memória, uma relação de bem-estar e pertencimento em relação à história do topônimo, o qual, assim, contribui para um sentimento de identidade, figurada na memória individual e coletiva – e nem sempre na História.

Então, não só a memória, mas outros elementos da cultura, como as vivências sociais e o imaginário (v. KRAMSCH, 1998), são marcantes no ato de nomear, e na construção de sentidos e efeitos de sentido para o nome.

Memória e esquecimento, e silenciamento, se entrecruzam nos exemplos que vimos. Muitos hodônimos trocados na época da Segunda Guerra Mundial incorreram no esquecimento, assim como os nomes de algumas cidades. Mas alguns retornaram, por pressão das comunidades. Na toponímia dos bairros de Bento Gonçalves, vemos a memória coletiva guardando o nome popular Vinagreira, ao mesmo tempo que cria uma explicação para o nome oficial Pomarosa. A pesquisa trouxe esclarecimento sobre o elo entre a denominação popular e a oficial, e também sobre a formação do nome Pomarosa, em sua origem um acrônimo. Neste último exemplo, vemos o poder da memória dos mais velhos, que permitiu a reconstituição do nome.

Como qualquer discurso, o discurso nomeante desvela o momento histórico e sociocultural em que se insere, com suas ideologias e circunstâncias, e também diz muito sobre o sujeito que nomeia, seja ele um indivíduo detentor de poder (que assine decretos de substituição de topônimos, por exemplo) ou o desconhecido que sentiu por primeiro a necessidade de nomear, sem outra preocupação que a localização espacial ou a identificação de um território.

A Toponímia, portanto, guarda algumas semelhanças em relação à Análise do Discurso, visto que esta última procura mostrar como funcionam os textos, observando sua articulação com o que é exterior a ele, e a Toponímia, associada ao

espaço geográfico e à História, analisa, no topônimo, sua motivação e sua relação com o(s) povo(s) que dele faz(em) uso.

Focalizando um microcosmo, viu-se que os bairros de Bento Gonçalves refletem muito da cultura dos imigrantes que desenvolveram a cidade, e os topônimos substituídos revelaram sucessivas ideologias no poder.

Como bem afirmou Calvino, “a cidade não conta seu passado, ela o contém” (1990, p. 14), esteja ele presente em um documento oficial ou na memória de seus cidadãos.

Referências

ANDRADE, Karylleila dos Santos. *Atlas toponímico de origem indígena do estado do Tocantins*: Atito. Goiânia, Goiás: PUC, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: HUCITEC, 1981.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. p. 411.

_____. Memória da cidade: lembranças paulistanas. *Estudos avançados*. v. 17, n. 47. São Paulo, Jan./Abr. 2003. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ea/v17n47/a12v1747.pdf>>. Acesso em: 03 nov. 2014.

CALVINO, Italo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DAUZAT, Albert. *Les noms de lieux*. Paris: Delagrave, 1926. [tradução de citações por Carmen Maria Faggion].

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. *Toponímia e antroponímia no Brasil*. Coletânea de estudos. São Paulo: Arquivo do Estado, 1990.

_____. *A dinâmica dos nomes da cidade de São Paulo: 1554 – 1987*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. Os nomes como marcadores ideológicos. In: *Acta Semiótica et Linguística – SBPL* (Sociedade Brasileira de Professores de Linguística). São Paulo: Plêiade, 1998. v. 7.

FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani; FROSI, Vitalina Maria. Topônimos em Bento Gonçalves: motivação e caracterização. In: *Métis: história e cultura*. v. 1, n. 1 (2002). Caxias do Sul: Educs, 2008.

FAGGION, Carmen Maria; MISTURINI, Bruno; DAL PIZZOL, Elis Viviana. Ideologias no ato de nomear: a toponímia revelando mudanças nas relações de poder de uma comunidade. *Revista Entreletras*, Universidade Federal de Tocantins, 2013. Artigo aceito para publicação em 30-07-2013.

FROSI, Vitalina Maria; FAGGION, Carmen Maria; DAL CORNO, Giselle Olívia Mantovani. Hodônimos de Caxias do Sul e Bento Gonçalves: suas interfaces e correlações com o contexto histórico e cultural. In: ISQUERDO, Aparecida Negri; BARROS, Lídia Almeida (orgs.). *As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia, terminologia*. Campo Grande: UFMS, 2010.

FROSI, Vitalina Maria. Os hodônimos de uma praça: suas interfaces, seus significados. In: HORA, Demerval da (Org.). *VI Congresso Internacional da Abralín; Anais*. João Pessoa: ideia, 2009a, p. 3024-3030. CD-ROM.

_____. Nomi italiani per strade e piazze brasiliane. In: MARCATO, Gianna (a cura di). *Dialetto uso funzioni forma*. Padova: UNIPRESS, 2009b, p. 341-346.

HISTÓRICO de Bento Gonçalves. Disponível em: <<http://www.bentogoncalves.rs.gov.br/>>. Acesso em: 20 set. 2012.

ISQUERDO, Aparecida Negri. O nome do município: um estudo etnolinguístico e sociohistórico na toponímia sul-mato-grossense. In: *Revista prolíngua*. v. 2, n. 2, 2008. p. 34-52. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/prolingua/article/view/13403/7607>>. Acesso em: 12 abr. 2013.

KRAMSCH, Claire. *Language and culture*. New York: Oxford University Press, 1998.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. Tradução de Lúcia Haddad. In: *Projeto história: revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo*. São Paulo: EDUC, 1998.

MISTURINI, Bruno; FAGGION, Carmen Maria. *Os novos bairros de Bento Gonçalves*. In: *Anais do I Seminário Internacional de Língua, Literatura e Processos Culturais*. Caxias do Sul, 2011.

MISTURINI, Bruno. Os dois nomes de um bairro: o que os topônimos revelam. In: *Anais do XVI Encontro de Jovens Pesquisadores da UCS*. Caxias do Sul, 2009.

_____. Um topônimo: o bairro Pomarosa de Bento Gonçalves. In: *Resumos dos Salões e Feiras de Iniciação Científica da UFRGS*. Porto Alegre, 2010.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278/1417>>. Acesso em: 25 ago. 2012.

SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEABRA, Maria Cândida Trindade Costa de. Referência e onomástica. In: *Múltiplas perspectivas em linguística: Anais do XI Simpósio Nacional e I Simpósio Internacional de Letras e Linguística (XI SILEL)*. Uberlândia: ILEEL, 2006. p. 1953-1960. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/ileel/artigos/artigo_442.pdf>. Acesso em: 08 nov. 2012.

VIEIRA, Zara Peixoto. *O reflexo da memória social na toponímia: o espontâneo e o popular*. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/vcnlf/anais%20v/civ2_13.htm>. Acesso em 22 set. 2012.

Recebido: 25/07/2014.

Aprovado: 02/11/2014.